



“SÃO MÚLTIPLOS E EFICIENTES OS CAMINHOS UTILIZADOS PELA CLASSE DOMINANTE PARA CONSTRUIR SEUS HISTORIADORES”

Entrevista com o Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima - Professor Titular da UFPI

Por José Carlos Aragão Silva – Janeiro 2021

O Professor Solimar Lima é Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1985), Bacharel em Direito pela Faculdade Maranhense São José dos Cocais (2013), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001), Pós-Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (2017). Professor Titular da Universidade Federal do Piauí, lotado atualmente no Campus Amílcar Ferreira Sobral, Florianópolis. É fundador e pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência – IFARADÁ; e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária – NUPEES. Professor Solimar Lima já escreveu diversos livros que tratam de História, Escravidão negra, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Luta de classe e Luta do Movimento LGBTQI+. Dentre suas obras mais debatidas podemos destacar “Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS, 1818-1833”, publicado 1998; e “Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)”, lançado em 2005. Com vasta experiência no campo da História do Piauí e da Escravidão Negra, Solimar Lima compartilhou também de forma atenciosa nessa entrevista sua longa trajetória pelos meandros da educação e suas experiências de luta como Historiador, Professor, Militante e Defensor dos Direitos Humanos.

Você poderia nos falar um pouco sobre sua origem? Onde nasceu?

Quando nasci, em 1961, eles já moravam na propriedade e na casa amarela de janelas e portas azuis. Eu e mais seis irmãos, somos frutos deste casal, interracial e corajoso.

Nasci no Maranhão, na zona rural do município de Pirapemas, em uma propriedade chamada Tibombô que pertencia a meus pais, Lourival e Teresinha de Jesus. Era uma grande propriedade produtiva e comercial de arroz, laranja e abacaxi, farinha, aguardente e rapadura em um engenho movido por bois. Também possuía criação de gado, cavalos e mulas para transporte e pequenos animais, além de cultivos para o consumo doméstico. Minha primeira infância passei em uma casa grande com uma sala que parecia sem fim protegida por um peitoril com madeira pintada de azul. Da porta principal de entrada, olhando de fora para dentro, um longo corredor separava os quartos de um salão, à direita, onde ficava o comércio; um grande depósito ao fundo e outros com entradas pela lateral, para guarda de produtos, selas, arreios, sacarias e muitos jacás.



No terreiro, mais à direita da casa, uns pés de amêndoa faziam sombra para animais e davam acesso para o olho d'água, passando por um denso manguezal.

Em frente à casa amarela com portas e janelas azuis, mas distante uns 50 metros, mais ou menos, à sombra de grandes pés de cojuba¹, era um dos nossos espaços preferidos para brincadeiras, quase tudo começava ou terminava ali. No final da tarde, era debaixo dessas árvores que adultos costumavam sentar em uns bancos feitos de troncos e ali permaneciam até a chegada do petromax, um candeeiro a querosene que nenhum de nós crianças pegávamos com medo de quebrar o vidro. Entre as árvores e a casa, o terreiro largo e sem nenhuma planta permanecia sempre limpo por ser varrido quase todos os dias. Na estrada, vindo da sede do município, logo na entrada da propriedade ficavam as casas dos moradores, dos dois lados. Não lembro bem quantas, mas não eram poucas. Uma delas me chamava muito atenção. Era a casa de uma viúva de um trabalhador da propriedade, D. Vicentina. Era alta, esbelta, bem branca com um cabelo preto comprido até a cintura. Em frente a morada dela havia um banco comprido que quase sempre havia mulheres e crianças sentados. Só muito tempo depois, fiquei sabendo que ela era de religião de matriz africana, benzedeira. Depois do povoado, havia um campo de futebol e próximo, uma ampla latada de palha e chão batido com um palco, idealizado por minha mãe, para apresentações de dramatizações. Tínhamos um teatro!

Minha mãe é natural de Barras, meu pai, já falecido, de Porto. Ele, ainda criança, fora dado a um casal sem filhos, Antônio Damasceno e Lucília, que, após uns dois anos, foram morar em Pirapemas, no Maranhão. Já rapaz, ele fugiu com uma mulher casada e retornou a Porto, passando a trabalhar como vareiro² em embarcações no rio Parnaíba. A união demorou pouco e a mulher acabou por retornar à família. Minha mãe, era costureira, caçula, fora morar com a irmã mais velha depois da morte dos pais. Eles se conheceram em uma quarta-feira nos festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Barras, no largo da igreja. Segundo eles, conversaram pouco e marcaram encontro para a sexta, na missa da manhã. Deste encontro foram direto para o cartório e casaram, em 1954. A família dela não aceitou o casamento, além das circunstâncias, consideravam o marido sem futuro. A família biológica dele, que se resumia a uma irmã com certas posses, também não aceitou o enlace, por ser minha mãe pobre e negra.

No início de 1956, sem apoio, sem dinheiro e pertences que cabiam em um saco, vieram para Pirapemas trazendo consigo uma filha com meses, Edileusa. Foram direto para uma fazenda da família adotiva de meu pai, que a esta altura já possuía vários outros filhos de criação. Na

¹ Cojuba é o fruto de árvore que é utilizado como cabaça, uma espécie de reservatório para carregar água.

² Os vareiros ou porcos d'água eram profissionais do transporte de cargas e de pessoas pelas águas do rio Parnaíba, que atuaram por décadas, havendo registro de sua atuação ainda na segunda metade do século XX.



fazenda, trabalharam na lavoura na forma de diária e em parceria para outros proprietários, depois tornaram-se arrendatários em uma pequena propriedade. Neste período, meu pai, por um tempo, fora caixeiro viajante, vendia remédios e aplicava injeções, ofício que aprendera ainda jovem com o pai que se tornara farmacêutico em Pirapemas e sua farmácia era, de fato, o hospital da cidade. Apenas casos graves e cirurgias eram encaminhados para São Luís. Sua popularidade fez dele prefeito, salvo engano, uns dois mandatos. No final de 1957, eles receberam de meu avô, para tomarem conta, uma propriedade no povoado Matões, na zona rural de Pirapemas. Era uma fazenda com grande rebanho de gado e um comércio que abastecia toda a redondeza. Esta passagem por Matões permitiu uma acumulação que junto com algumas economias viabilizou a compra de Tibombô, que há época da aquisição estava abandonado. Quando nasci, em 1961, eles já moravam na propriedade e na casa amarela de janelas e portas azuis. Eu e mais seis irmãos, somos frutos deste casal, interracial e corajoso.

Como foi sua infância e juventude como negro? Trabalhou durante a infância e juventude? Onde estudou o ensino básico? Sofreu preconceito na escola por ser negro?

A trajetória da minha família e todas as suas transformações possuem como referência a educação. Minha mãe, em particular, forçou todos os deslocamentos para permitir o acesso à escola para os filhos. Primeiro para a sede do município de Pirapemas, onde todos iniciamos no grupo escolar Ribamar Pinheiro, uma escola pública. Passamos a residir em uma casa de esquina próxima à estação ferroviária. Lembrava muito a estrutura de nossa casa no interior. Corredor de entrada, salão comercial de um lado e quartos do outro, sala ladeada por peitoril e uma ampla cozinha. Durante um bom tempo, meu pai permaneceu na zona rural e teve muita resistência de vir para a cidade. Para minha mãe, suponho que deva ter sido, de certa forma um alívio. Meus pais trabalhavam lado a lado com os trabalhadores em todos os serviços e minha mãe participava inclusive dos mais pesados. Quando perguntados o porquê de trabalharem, respondiam que precisavam dar exemplo. Meu pai costumava percorrer a propriedade montado em um cavalo que chamávamos de bagaço de coco, devido a cor dos pelos. Ele mantinha sempre limpo o cochonilho feito de linha de algodão branca enxaguado com anil que usava em sua montaria.

Nossas idas ao Tibombô passaram a se limitar às férias escolares e feriados. Lembro dele chegando em nossa casa em Pirapemas, montado em seu cavalo. Um homem alto, branco bronzeado pelo sol, bem vestido com calça e camisa de linho branco, com chapéu de palha tipo Panamá. Meu pai era um galã, parecia artista. Morreu aos 72 anos com esta mesma postura, ainda que a doença o tenha debilitado um pouco. Nunca dispensou o chapéu e um perfume forte, que



foram durante anos meus presentes certos. Um dia ele chegou e não retornou mais, virou comerciante. Passou a ir pouquíssimo ao interior, quase sempre quando chamado pelo morador para resolver algum problema. No comercio ele vendia quase tudo, funcionava como atacado e varejo, e contava com a ajuda de meu irmão mais velho, Joaquim, que na verdade era sobrinho e afilhado de mamãe que viera morar com eles ainda criança.

Em Pirapemas não havia o curso ginásial e meus irmãos, Edileusa e Genival, precisaram sair para estudar fora. A prefeitura ou o estado, não lembro ao certo, havia contratado umas professoras para as escolas do município e algumas famílias acolheram as contratadas. Em minha casa permaneceram duas, eram irmãs e oriundas de Caxias, Maria da Gloria e Maria das Graças. A família delas acolheu meus irmãos em Caxias. Quando eles saíram, eu entrei no Ribamar Pinheiro para fazer o primeiro ano já sabendo ler e escrever, havia sido alfabetizado por minha irmã, Edileusa. De Caxias, meus irmãos vieram concluir o ginásio em Coroatá e minha família acompanhou. Inicialmente, vieram apenas os irmãos acompanhados por uma empregada de confiança que praticamente ajudou a criar todos nós. Foram morar em uma rua que ficava na beira do rio Itapecuru, Benjamim Constant, e estudar no João XXIII, uma escola particular. Quase um ano depois, veio toda a família.

Na verdade, esta mudança da família foi mais tranquila porque meu pai havia se inserido na cadeia de comercialização da amêndoa do coco babaçu e o município de Coroatá era mais central para a atividade. Fui matriculado no Grupo Escolar João Lisboa, escola pública, onde fiz as duas últimas séries do primário e prestei o exame de admissão para ingressar no curso ginásial do João XXIII. Uma curiosidade é que havia duas grandes escolas particulares, o João e o Coroataense. Este último, socialmente era considerado escola para os ricos e era mesmo mais caro. O João, além de mais barato, congregava os setores médios e a considerada oposição política do município. A questão política era, na verdade, a determinante para a separação social.

Politicamente, minha família sempre fora de oposição. Em minha casa em Pirapemas, eram oferecidos os banquetes aos políticos do então MDB em viagens nas campanhas estaduais. Meu pai chegou a ser candidato a vice-prefeito, perdeu a eleição devido a comprovada fraude eleitoral praticada pela chapa do ARENA. Denúncias e gritarias não deram em nada. Em Coroatá, minha família continuou na oposição e a minha escola não poderia ser outra. No João XXIII cursei até a metade do terceiro ano do ginásial. Em Coroatá, na chamada cabeça da ponte, meu pai montou o comércio que tinha como principal negócio a compra de amêndoa de coco babaçu e o fornecimento para uma fábrica de óleo que existia na cidade. Meu pai era, em verdade, atravessador e dezenas, não raros centenas, de sacos eram recolhidos toda semana por caminhões da fábrica. Para potencializar o negócio com recursos, ele vendeu o Tibombô. Comecei a trabalhar no



comercio, com 10 anos. Estudava pela manhã e à tarde ia para o estabelecimento para meu pai almoçar em casa. Ele retornava lá pelas 15 horas e era quando eu ia para casa para fazer os deveres escolares. Todos os sábados e domingos, lá estava eu ajudando no comércio. Nesta fase, brinquei muito pouco.

Meus irmãos concluíram o ginásio e foram estudar o Científico (atual Ensino Médio) em Teresina, no Colégio Diocesano. Em 1975, no meio do ano, viemos todos para Teresina e fomos morar na Av. José dos Santos e Silva, próximo ao 6º distrito, bairro Piçarra. Eu fui estudar no Anexo Estadual Demostenes Avelino, uma escola pública. Nela conclui a terceira e fiz a quarta série do ginásio. Em Teresina, nossa situação financeira passou por uma profunda mudança, nosso padrão de vida caiu muito. Papai manteve um comercio, desta feita um pequeno, vendendo a varejo produtos alimentícios. Era uma pequena mercearia, onde continuei trabalhando a tarde, depois que chegava da escola. Em 1976, fomos morar no conjunto Bela Vista, já morávamos nele quando foi oficialmente inaugurado com presença do Presidente Geisel. Morávamos em casa alugada na Av. Jose dos Santos e Silva e as dificuldades financeiras exigiram alguns sacrifícios, além da mudança para o conjunto habitacional. Minha irmã foi para escola pública, Antonino Freire, e meu irmão permaneceu no Diocesano. No Bela Vista, a casa era de esquina com ponto comercial e a família continuou no ramo de mercearia e eu, continuei ajudando. Em 1977, iniciei o segundo grau, que na época além de matérias para vestibular, era obrigado ter um curso técnico, o meu foi habilitação básica em saúde. Estudava a tarde no Cursão, uma escola particular, e pela manhã trabalhava na mercearia. Depois, já na década de 80, meu pai fechou a mercearia e passou a vender verduras, legumes e frutas. Meus irmãos mais velhos não passaram de imediato no vestibular e começaram a trabalhar, se formaram bem depois. Eu fui o primeiro de toda a família, do lado do pai e do lado da mãe, a se formar.

Minha infância e parte da adolescência como negro foi tranquila, os anos seguintes até entrar na universidade, não. Os anos iniciais foram tranquilos do ponto de vista material e identitário. Percebo nitidamente que os recursos materiais da família invizibilizaram socialmente a cor. Dentro e fora da escola, participávamos de tudo, para todos os eventos nossa família era chamada. Frequentávamos todos os lugares e não lembro, sinceramente, de ter passado nenhuma situação de constrangimento. É certo que não deixamos de ser negros para as pessoas, mas os recursos abriram portas e reprimiram manifestações de racismo. Em verdade, lembro de uma manifestação que se tornou comum, pelo menos comigo, quando conheciam meus irmãos costumavam perguntar se éramos, de fato, irmãos. Na nossa família interracial, apenas eu e outro irmão nascemos com pele escura, os demais possuem tez clara. Contudo, embora desfrutando de



O que ela nos ensinou na infância sobre a condição do negro na sociedade era produto de sua vivência. Foram estas aprendizagens que me orientou para os anos seguintes. Três frases dela permanecem até hoje: “não abaixem a cabeça por conta da cor”, “tenham orgulho da cor de vocês” e “lembrem que têm outros iguais a vocês”.

O que ela nos ensinou na infância sobre a condição do negro na sociedade era produto de sua vivência. Foram estas aprendizagens que me orientaram para os anos seguintes. Três frases dela permanecem até hoje: “não abaixem a cabeça por conta da cor”, “tenham orgulho da cor de vocês” e “lembrem que têm outros iguais a vocês”. Destas, a que mais me incomodava era não ver os meus iguais nas escolas que eu estudava, nem nas escolas públicas pelas quais passei em Pirapemas e Coroatá. Fui encontrar negros na escola em Teresina, no Demostenes Avelino. Em Teresina, comecei a sentir o peso da cor, na escola e fora dela. Nossa família deixou de ser “da sociedade”, deixamos de frequentar os seus lugares e suas sociabilidades. Comecei a escutar na escola o termo negro de forma diferente e associado a outros atributos e identidades das quais ainda não me dava conta: feio, pobre e gay. Este conjunto de identidades, como eu era identificado e chamado, me



fez um adolescente retraído. O bullying tornou-se meu companheiro de farda. Lembro que, no ensino médio, além de mim, havia uma colega também assediada (hoje, consigo identificar nela os traços de lesbianidade identitária). Um mecanismo de reação encontrado, por mim, foi estudar. Estava, sempre, entre os melhores da sala. O fato de me destacar, ajudava a suavizar as manifestações de preconceito e discriminação, mas não impedia. Contudo, gozava do respeito dos professores e este fato funcionou muitas vezes como elemento de repressão, mas não necessariamente como um elemento educativo. As intervenções eram no sentido de acalmar o ambiente, sem problematizar as questões envolvidas.

Quando ingressou na universidade como estudante? Quais foram os desafios enfrentados? Enfrentou preconceitos? Estudou em escola pública? Quem foi ou quais foram as pessoas que lhe incentivaram a prosseguir nos estudos (Mestrado, Doutorado, etc.)?

Por duas aulas seguidas o padre disse em bom tom e se aproximando do grupo, e particularmente de mim, que conversávamos e que sentávamos no fundo porque todo negro era desconfiado e tinha dificuldade de convívio social.

As minhas vivências identitárias começaram a mudar com a minha chegada à universidade em 1980. Entrei para o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portela, o Campus central da Instituição, localizado na Zona Leste. No início de 80, o Campus era o final da zona leste e eu morava no final da zona sul. Dependia de dois ônibus para chegar à universidade. Quando entrei, existia ônibus gratuitos da universidade que pegavam estudantes, um para a zona norte e outro para zona sul que eu costumava pegar na parada da Capelinha de Palha (Nossa Senhora das Graças) na avenida Miguel Rosa, sempre lotado. Quando não conseguia, por conta da lotação, pegava outro ônibus até a Av. Frei Serafim para aguardar um que fazia linha para a universidade ou então aventurar uma carona. Neste tempo, havia, nesta avenida, paradas com placa de identificação “carona amiga”, para UFPI. Ficávamos esperando, os carros paravam e íamos conversando sobre os cursos, a universidade, etc. Era muito legal.

Ainda durante o curso, o Camilão (assim era chamado o ônibus por conta do Reitor que implantou o serviço, Prof. Camilo Silveira) não conseguia atender a demanda que viabilizasse chegar nos horários das aulas e por fim deixou de funcionar. Isto sobrecarregou o orçamento, exatamente quando nossa família passava por seria dificuldade financeira, pois eu tinha que pagar quatro passagens. A sorte, foi o surgimento da linha diametral que atravessava toda a cidade, de



norte a sul, passando pela zona leste. Eu caminhava do Bela Vista até o Parque Piauí, pegava o ônibus e quase duas horas depois chegava na UFPI. O bom é que, às vezes, eu ia estudando, o ruim além do tempo, era o retorno à noite porque o curso era predominantemente noturno e chegava em casa quase meia noite. No início do curso eu ia no começo da tarde para a UFPI, no segundo ano passei a morar lá. Ia pela manhã e só retornava à noite, foi o tempo da descoberta do movimento estudantil. Porém como a situação financeira em casa estava mesmo muito ruim, arranjei emprego na fabricante da coca-cola como auxiliar administrativo, onde passei quase um ano, acho. Pedi demissão e fui ser estagiário na Caixa Econômica Federal, através do CIEE. Este período foi ótimo, porque além do valor eu dispunha de um bom tempo para estudar. Estagiava pela manhã, ia em casa e depois para universidade. Biblioteca, aula, restaurante universitário, aula. Isso até entrar de cara no movimento estudantil.

Um dos maiores constrangimentos passados em sala na UFPI foi logo no primeiro semestre, na disciplina introdução à sociologia. O professor era um padre e dublê de historiador, já falecido. Neste tempo, no básico, as turmas reuniam discentes de vários cursos e acabávamos pagando, cursando, algumas disciplinas juntas e inevitavelmente desenvolvíamos afinidades. Nesta disciplina, minha turminha escolheu sentar no fundo da sala e confesso, conversávamos um pouquinho. Era mesmo por desinteresse, não pela matéria, mas pela didática empregada. Em outras, como português, sentávamos bem na frente, as aulas da professora Maria Figueredo, por exemplo, eram ótimas, pelo menos nós achávamos. Por duas aulas seguidas o padre disse em bom tom e se aproximando do grupo, e particularmente de mim, que conversávamos e que sentávamos no fundo porque todo negro era desconfiado e tinha dificuldade de convívio social. Na segunda vez percebi que ele me identificava como líder, o que não era mas achei ótimo.

Passei o resto da aula em silêncio e este silêncio me marcou profundamente até hoje, porque por uns 30 minutos sofri não pelo o que ele disse e pensava sobre os negros, mas por não colocar em prática o que minha mãe tinha me ensinado. Ao final da aula, fui até ele – recordo como se fosse hoje, isso aconteceu no primeiro semestre de 1980 – e perguntei “como o senhor, professor de sociologia diz o que o senhor falou pra turma sobre os negros?”. Tinha outros alunos conversando com ele junto à mesa e todos pararam olhando pra mim assustados e percebi que não era pelo conteúdo da pergunta, mas pela coragem em fazer a pergunta para o professor. A reação dos colegas valeu mais que a resposta dele, porque ele respondeu não lembro o que, mas a reação dos colegas me fez perceber que eu não baixe a cabeça por conta da minha cor. Um dos colegas presentes foi que me chamou para uma reunião no DCE, a primeira. Depois não sai mais do movimento estudantil até concluir o curso em 1984, com solenidade de formatura em janeiro de 1985.



(...)minha inserção na CEPRO qualificou a minha participação no movimento, porque na CEPRO redescobri o mundo. Todas as pesquisas tinham compromisso com a realidade, com a questão socioeconômica., e de maneira crítica. Não à toa, ela era conhecida como “um ninho de comunista”.

Todo estudante deveria participar do movimento estudantil, devia ser ensinado desde o ensino fundamental formas de organização política. Meu filho, no ensino fundamental, está aprendendo sobre empreendedorismo, uma desgraça! No movimento estudantil descobri o mundo. Reafirmei entendimentos, compreendi o que parecia sem sentido e sobretudo, aprendi a ver mais as pessoas, o outro. O movimento estudantil da época estava profundamente vinculado com a luta política pela redemocratização do país e a luta da classe trabalhadora. As vertentes políticas internas do movimento se distanciavam politicamente apenas no que respeita a orientação partidária em relação a classe trabalhadora. Eu, me alinhei ao PCdoB e depois acabei por me filiar ao partido. Minha atuação no movimento estudantil, ocupando cargos, se limitou ao Centro Acadêmico do curso de Economia, que no nosso período era órgão colegiado de direção. Participava de reuniões mais amplas orientadas pelo Partido na universidade para condução do movimento, ajudava nas greves, vendia jornal da corrente e lia, seguindo a orientação ou recomendações. Neste período, os livros que me marcaram profundamente foram os da literatura soviética, acho que li todos os clássicos revolucionários, depois vieram outros, mas nenhum sobre questão racial. O movimento estava muito focado em classe e democratização.

Neste período do curso, passei por outra escola, a Fundação CEPRO. Fui convidado por um professor, William Jorge Bandeira, para estagiar em um projeto que ele iria coordenar sobre políticas públicas urbanas. Uma boa parte de meus professores do curso de economia trabalhava também no sistema de planejamento do estado, do qual a CEPRO fazia parte, e ainda faz. Pela manhã estagiava, a tarde ia para a Universidade, sem abandonar o movimento estudantil. Aliás, minha inserção na CEPRO qualificou a minha participação no movimento, porque na CEPRO redescobri o mundo. Todas as pesquisas tinham compromisso com a realidade, com a questão socioeconômica., e de maneira crítica. Não à toa, ela era conhecida como “um ninho de comunista”. Foi na CEPRO que realizei a leitura dos autores clássicos sobre Política, Economia, Sociologia e História do Brasil, foi lá também que tomei conhecimento da historiografia do Piauí. Entretanto, neste período, que inclui a graduação em Economia e CEPRO, de Marx li apenas o capítulo 24 de “O capital”, sobre a acumulação primitiva. Só tive acesso a toda obra, quando me tornei professor. Entre os pesquisadores, havia alguns conservadores é certo, mas em geral, todos



engajados no processo de redemocratização do país e alguns, comprometidos com o movimento da classe trabalhadora, particularmente na questão sindical.

Quando me formei, estava trabalhando na CEPRO, da condição de estagiário passei para a de serviço prestado e a primeira ação que fiz quando formado foi me associar ao sindicato dos economistas e ao conselho regional de economia. Como categoria estivemos engajados na linha de frente da luta pelas diretas já e pela constituinte e eu, estava lá. Foi na CEPRO que produzi meus primeiros textos, um sobre a população negra no Piauí (o primeiro sobre o tema) e outro bem recebido pelos pesquisadores experientes da casa, sobre as tensões sociais em torno da posse e propriedade do solo urbano em Teresina, ambos publicados na revista Carta CEPRO. Cheguei a ganhar um concurso comemorativo, acho que aos 15 anos, da Fundação CEPRO, o texto, depois soube, foi considerado pela banca um texto de pesquisador sênior, pela qualidade. Tive, nestes anos pessoas que ajudaram a definir o que eu seria depois, além do Wiliam Bandeira, Jonas Rocha, Maria Elisabeth Silvestre, Manuel Domingos e Luís Carlos Rodrigues Cruz Puskas (professores e colegas de trabalho, os dois primeiros liberais, os outros marxistas), foram determinantes na aprendizagem teórico-metodológica da pesquisa e no compromisso social. Ali, na CEPRO defini meu campo de atuação e minha profissão, queria ser pesquisador. Enquanto os colegas faziam concursos para Banco do Brasil, Caixa, Receita, eu lutava no governo Hugo Napoleão, via sindicato para um grupo de profissionais contratado como serviço prestado ser efetivado no serviço público, algumas pessoas com mais de cinco anos na condição. Quando a efetivação chegou em 1986, os salários haviam reduzido muito por conta de uma política de esvaziamento da instituição, o governo estadual forçou a saída dos comunistas. Em janeiro de 1988, por incentivo destes professores citados, retornei à UFPI, agora como professor do Departamento de Ciências Econômicas, junto comigo saiu também Maria Elisabeth, no mesmo concurso.

Quando iniciou sua carreira docente no ensino superior? Quais foram os desafios que enfrentou como docente? Enfrentou preconceitos? Como conseguiu superar os desafios e se tornar um historiador conhecido dentro e fora da Universidade Federal do Piauí? Diante os desafios/preconceitos enfrentados onde buscou força para superá-los?

Acho que todos os cursos, falo da Academia, deviam conhecer sua história, mas uma história animada por gente, com gente que fez e faz esta história, para que e para quem faz. Nas instituições, nós trabalhadores, somos invisibilizados, nós professores passamos anos, mais ou menos, bem ou mal, nos dedicando à docência e quando nos aposentamos ou morremos somos esquecidos na instituição.



A bem da verdade, entrei na UFPI como docente em agosto de 1987 na condição de professor substituto. Em janeiro de 88, fui aprovado em concurso para professor efetivo. Foi difícil e ao mesmo tempo extremamente prazeroso. Me sentia protegido por todos, eram todos meus ex-professores e alguns trabalharam comigo na CEPRO. Havia muito estímulo da parte deles, percebia que tinham algumas expectativas, mas não me sentia pressionado. Sentia que era mais um desejo, por ser o mais jovem, de que eu continuasse o compromisso político e docente, como um legado dele, eu era um resultado do trabalho realizado por eles. Era o segundo concurso que o departamento realizava em sua história, e fez por área. Eu passei para História Econômica e Maria Elisabeth para Teoria Econômica. Em 2015, resolvemos fazer uma publicação sobre os 40 anos do curso, eu e a economista Enoisa Veras (éramos editores da revista Informe Econômico, publicação do Departamento) escrevemos na apresentação a história do curso. Foi um presente, tudo, a pesquisa nos arquivos da UFPI, as entrevistas, as memórias, as pessoas. Também é um legado importante.

Acho que todos os cursos, falo da Academia, deviam conhecer sua história, mas uma história animada por gente, com gente que fez e faz esta história, para que e para quem faz. Nas instituições, nós trabalhadores, somos invisibilizados, nós professores passamos anos, mais ou menos, bem ou mal, nos dedicando à docência e quando nos aposentamos ou morremos somos esquecidos na instituição. Lendo depois a história do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, senti uma gratidão tão grande que chorei. Eu ajudei a fazer aquela história. Voltando ao concurso, confesso que queria passar, mas não esperava passar. Eu era recém-graduado sem sequer um curso de especialização e tinha concorrente com doutorado. Mas, me preparei para passar, todo dia acordava com os olhos inchados, fechados, lavava com soro e voltava a estudar. Dois fatos importantes e de gratidão ocorridos no concurso. Primeiro, foi a disponibilidade e dedicação do professor Puskas me ajudando para a aula didática, passamos parte da noite e o dia estudando, preparando plano de aula e noções de didática, a prova aconteceu às 18 horas. A segunda, foram as palmas de um membro da banca, professor Reinaldo Carcanholo, da Universidade Federal do Espírito Santo, já falecido, ao final de minha prova didática sobre a revolução industrial. Foi toda baseada no capítulo XIII de O Capital, de Marx., e ainda teve gente que disse que fui beneficiado pela banca! Era uma vaga na minha área e fui o primeiro.

Meu primeiro dia de aula como docente foi em 10 de setembro de 1987, uma quinta-feira (o concurso efetivo aconteceu durante o semestre letivo 1987.2, quando eu estava como substituto), eu, de fato, parecia um menino, era franzino, magrinho, não mudara nada desde a



formatura. Apenas tinha trocado a camisa de malha por uma manga comprida. Nos corredores encontrei muitos colegas que haviam estudado comigo e alguns foram meus alunos depois. A primeira aula foi da disciplina Formação Econômica Geral para o curso de Economia, tratava da gênese do capitalismo - declínio do feudalismo, acumulação primitiva e revolução industrial, no horário das 10 às 12 horas, na sala 347 do CCHL. Passei pelos alunos que estavam à porta em roda conversando, entrei na sala, passou uns dez minutos e nada deles entrarem. Também não chamei, sentei na cadeira de professor, abri o livro sobre a mesa (“A evolução do capitalismo”, de Mauricio Dobb, até hoje o meu preferido sobre o declínio do feudalismo) e aguardei até que o primeiro entrou, saiu e foi chamar os outros. Entraram olhando pra mim, assim como que perguntando: é ele? Nunca tratei do assunto com eles, conversei sobre isso com a coordenadora da época, Socorro Lira, que tinha estudado comigo e tinha passado no primeiro concurso, realizado em 84, e também era negra. Tivemos a mesma leitura, além de aparentar ser muito jovem, eu era negro.

Estes anos iniciais do exercício da profissão ajudou a consolidar minha base teórica. Um currículo novo tinha sido implantado no curso e ele era plural, diferente do que me formei. No meu bloco, o histórico, todas as disciplinas se sustentavam em leituras críticas da economia mundial e brasileira. Meu esforço maior foi para ler os clássicos do marxismo que eram a base das disciplinas gerais que ministrava, a exemplo de Marx. No campo da formação econômica do Brasil e do Nordeste foi mais tranquilo, muitas obras já havia lido na época da CEPRO, pelo menos os clássicos, como Capistrano, Gilberto Freire, Sergio Buarque, Caio Prado, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Chico de Oliveira, Clóvis Cavalcante, Tania Bacelar, dentre outros. Para me consolidar como professor, resolvi estudar. O domínio dos temas é fundamental para o exercício da profissão, para a interação com os alunos.

Confesso que não fui, no começo nem agora, um professor carismático, daqueles amados pelos alunos. Desde o início tive fama de exigente, rigoroso, mas, salvo engano, também de professor que domina o que faz. Acho que conquistei respeito como professor, dentro e fora da sala de aula, por aquilo que fazia dentro e fora sala de aula. Perceber cedo que o exercício da profissão na docência superior, especialmente em uma universidade pública, tem como referência o tripé ensino, pesquisa e extensão, faz toda a diferença. E eu, no primeiro ano como docente já realizava pesquisa e extensão. Minha porta de entrada neste campo, da pesquisa e extensão na UFPI, foi a questão racial. Ainda em 1987, iniciou-se na UFPI um movimento em torno do centenário da libertação dos escravizados no Brasil e minha entrada como docente fortaleceu o contato com estudantes, vez que conhecia muitos da época do movimento estudantil. Foi o CCHL que recepcionou as atividades em torno do centenário, congregando alunos de vários cursos no



Revista Multidisciplinar

A escolha pela PUCRS deveu-se ao professor Mario Maestri, havia lido alguns artigos dele e a identificação teórica foi imediata. Maestri me convenceu a pesquisar sobre a escravidão no Sul e foi um desafio. Primeiro conhecer a Historiografia do Rio Grande do Sul que na época já não era pequena, depois as leituras específicas sobre escravidão. Minha grande descoberta foi Jacob Gorender, tinha lido algumas ideias dele em citações, mas ainda não tinha me debruçado sobre o que se tornou minha principal referência, “O escravismo colonial”. Minha dissertação foi sobre a resistência e punição de escravizados no Rio grande do Sul, defendida em início de 1994. Retornei ao Piauí com a certeza que tinha muita coisa por ser feito no campo da historiografia da escravidão e das relações raciais.



No CCHL, além de mim, tinha outro professor negro que discutia a questão racial, Francis Boakari, africano, professor do então curso de Ciências Sociais. Avançamos na realização de palestras, seminários e orientações. Este trabalho conjunto, de professores e estudantes, levou a criação do Núcleo IFARADÁ (Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência) em 20 de novembro de 1995. Com o IFARADÁ (resistência pelo conhecimento em Yorubá) o trabalho se tornou mais vigoroso no campo da História, Sociologia e Educação, realizamos muitas atividades de extensão e pesquisa. Quando retornei à Teresina, retomei as minhas pesquisas no Arquivo Público tendo como referência o projeto que queria desenvolver no Mestrado, sobre as relações escravistas nas fazendas nacionais no Piauí. Assumi também a função de chefe de departamento, coordenador de curso e continuei o ativismo político partidário em torno da organização do movimento sindical, na ADUFPI. Em 1995, mergulhei em um novo ativismo social pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids e na campanha pela construção da sede da Associação Lar da Esperança, uma casa abrigo em Teresina. No segundo semestre de 1997, fui liberado para o doutoramento em História, na PUCRS. Defendi a Tese, “Braço Forte”, em 03 setembro de 2001. Quando voltei, encarei três novos desafios: ainda em 2001, participar da organização do movimento LGBTQI+ e da criação do grupo Matizes; em 2003 do processo de implantação do Programa Fome Zero no primeiro governo Lula; e em 2004 da criação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil na UFPI.

Como se deu ou como você avalia sua militância na universidade, nos movimentos sociais e na política? Quando começou? O que o impulsionou para ser um militante nas e das causas populares? Como descreveria seu trabalho em prol das camadas populares? O que ainda o motiva a continuar militando? Pode nos falar de seu trabalho e de suas publicações como um historiador de viés econômico e marxista que trabalha principalmente com a escravidão e com temas relacionados a negros, africanidades e afrodescendência? Qual a importância de seu trabalho e de suas pesquisas para a História do Piauí e do Brasil?

Não tenho dúvidas que quem faz avançar a sociedade, as relações sociais, é o conhecimento progressista ou revolucionário, e estes não estão só na Academia.

Minha carreira acadêmica e meu ativismo são inseparáveis, na verdade são ações fundidas, são a mesma coisa. Costumo dizer que faço Ciência engajada. Não me vejo fazendo outra coisa e



de outro modo. Tenho aversão a assepsias políticas, na verdade a falácia da neutralidade, em tudo. Pra mim quem faz tem que fazer em defesa de alguma coisa, mesmo os conservadores e reacionários. Ninguém tem que ter receio de nada, aliás nestes tempos sombrios, este povo (os piores são os reacionários) perderam por completo a vergonha pra se revelarem em tudo que falam e fazem. Acredito que conhecimento deve ser sempre para fazer avançar, mesmo as ideias mais enviesadas sobre a realidade, claro que as dos conservadores e reacionários não fazem avançar a sociedade, avança o pensamento deles, como eles vêm as realidades em suas diferentes temporalidades, sempre com o fim de aumentar o folego da ordem defendida por eles. Não tenho dúvidas que quem faz avançar a sociedade, as relações sociais, é o conhecimento progressista ou revolucionário, e estes não estão só na Academia.

Meu desafio, ainda quando me preparava para o concurso da UFPI, a partir de minha experiência em pesquisa na Fundação CEPRO, era me colocar à disposição deste conhecimento dentro da Academia. Tenho a convicção que eu fazendo, a partir do local que estou, a Academia também faz. Quando me apresento em qualquer lugar, o que falo é o que está sendo falado na UFPI, porque meu conhecimento é a concretização do conhecimento produzido na e pela UFPI. Por isso mesmo, desde que iniciei minha carreira acadêmica aceitei todos os convites para palestras e conferencias. A bem da verdade, ultimamente tenho colocado um pouco de dificuldade para participação e tenho recomendado muitos colegas para os convites. Não irei apontar todos os motivos para não me alongar, mas falo de dois. O primeiro é que estou morando no interior do Piauí e os deslocamentos para outros centros, mesmo Teresina, não me atraem. O segundo, é que todos os meus aceites passam por uma avaliação política no sentido de garantir, no evento, no mínimo uma fala progressista. Sempre evitei cenários, eventos, que de antemão sei ser dominados por reacionários, a partir dos organizadores. Para mim, não existe dialogo com reacionário. Os conservadores ainda são passíveis de influências e vale investir. Importante salientar que nunca cobre por nenhuma participação em qualquer evento dos movimentos populares, e nem acadêmico. Quando muito participei por passagem e alimentação, não raro paguei deslocamento, hospedagem e comida. Sinceramente não lembro de ter recebido recurso em nenhum evento dos movimentos.

Pensando e agindo assim, fui estabelecendo na medida dos chamamentos sociais os campos de atuação, mas tudo dialogado, interligado. A separação aqui é apenas para ficar mais nítida a trajetória. A produção sobre as relações escravistas, brota do diálogo com as questões de classe e raça impulsionadas pela minha participação no movimento sindical e movimento negro. Neste campo, acabei por alargar minhas pesquisas e escritos sobre as relações raciais na contemporaneidade. Este campo de trabalho me deu identidade e respeito como pesquisador. É



com esta temática que inicio a carreira e com ela permaneço como a principal até hoje. Mas minha produção se diversificou como resultado de minha inserção social, especialmente junto aos movimentos. Tendo como referência a minha relação com os movimentos sociais, percebi neles, especialmente na fase de estruturação dos identitários no Piauí, uma preocupação por reconhecimento por parte da Academia, como se buscassem uma valorização de suas ações, para que a Academia fortalecesse suas vozes e se comprometesse politicamente com eles reforçando sua força política. Não se trata de fazer movimento social de Academia, para Academia, porque tem intelectual que se apresenta de movimento, mas desconhece o povo e os lugares do povo. Ainda que façam suas pesquisas com o povo e sobre o povo. Ir em uma comunidade qualquer ou grupo social, aplicar instrumentais de pesquisa, produzir centenas de artigos e falas eloquentes, não significa ter, de fato, compromisso social e político que o povo necessita. O compromisso social e político que defendo leva o pesquisador para rua com o povo. O lugar político, por excelência, do povo é a rua.

Eu e outros poucos companheiros respondemos aos movimentos com várias ações de pesquisas, extensão e escritos. Cito em particular, o professor Francisco Barros Junior, sociólogo. Fomos duramente criticados e ainda somos, por escolhermos o que alguns consideram temas menores na Academia e sobretudo, por trazermos os movimentos para dentro da Academia, não só nas pesquisas e escritos, mas nos eventos, seminários, palestras, etc. Estas ações simples, que devem ser vistas como naturais na função social da universidade foram e são duramente criticadas e combatidas. Para terem uma ideia da importância destas ações simples, somente em 2019, 10 anos após a inauguração do campus da UFPI em Floriano, foi realizado pela primeira vez nas dependências do Campus um evento com a temática LGBTQI+, numa parceria com o grupo Matizes. Com ajuda da professora Leticia Caroline (primeira professora trans da UFPI) mobilizamos as demais Instituições de Ensino Superior da cidade e realizamos em cada uma atividade sobre o tema sob o guarda-chuva “Semana da Diversidade Sexual”. Este fato reforça o que penso e digo: (acho que já falei anteriormente) quem faz o que a Academia faz, somos nós. Hoje, do ponto de vista interno e externo, a UFPI em Floriano possui ações em Homossexualidades.

Este tem sido meu movimento como professor e pesquisador. Não é vaidade, acreditem, é autorreconhecimento. Aprendi a perceber a minha atuação, a minha presença, a minha importância no fazer e ajudar a fazer. Aprendi a perceber também o reconhecimento das pessoas para com o meu trabalho, para comigo. Nunca solicitei nada a ninguém, falo deste reconhecimento público, mas recebi com gratidão, dados pelas pessoas, o título de Comendador, honraria concedida pelo Governo do Estado do Piauí; o título de Cidadão Teresinense, concedido pela Câmara de



vereadores por solicitação do movimento LGBTQI+, e o título de Cidadão Piauiense, concedido pela Assembleia Legislativa por solicitação do movimento negro. Quem conhece movimento social sabe o quanto é complexo este reconhecimento, por parte deles, por uma pessoa. Não sou uma unanimidade, é certo que tem gente dentre eles que não gosta de mim, mas me respeita e valoriza o que faço por eles, por nós. Sim, por nós. Quando falo da minha ciência engajada e do meu compromisso político-social, estou reafirmando para mim e para os outros, o engajamento e compromisso que tenho comigo e com os meus.

Tudo o que já fiz e ainda faço, fala de mim, de pessoas iguais a mim, no passado e presente. As minhas identidades me conduziram, naturalmente, para as temáticas e em nenhum momento tive desconforto em pauta-las como temas de pesquisas na Academia. Dentro do escopo da escravidão e das relações raciais tenho produzido até hoje sobre vários temas, o que inclui relações de trabalho, comunidades quilombolas e referências culturais. A partir de 1995, como já referido, tem início um trabalho social com pessoas vivendo com HIV/Aids que dialoga com as homossexualidades, e este trabalho se torna também acadêmico. A partir de 2003, com a minha passagem pelo Programa Fome Zero me inseri no movimento social de economia solidária que também se tornou trabalho acadêmico. Estas frentes de trabalho apresentam-se como consolidadas em minha trajetória acadêmica e na Academia. Sem cerimônias, ousa afirmar que qualquer pesquisador que escreva sobre temas como escravidão, homossexualidades e economia solidária, no Piauí, meu nome e meus textos devem aparecer entre as referências.

Você tem diversos livros publicados, livros organizados, assim como artigos. Quais destes você apontaria como mais significativo/importante para a história e para o trabalho de historiador? Por quê? Que legado você acha que deixa para os futuros alunos da UFPI, do estado Piauí e do Brasil a partir de suas pesquisas e de seu trabalho na universidade?

São múltiplos e eficientes os caminhos utilizados pela classe dominante para construir seus historiadores.

Nunca quis ser um nome nacional, e não sou. Por dois motivos. O primeiro, é que para se projetar nacionalmente o autor tem que ser agressivo no mercado acadêmico, não basta produzir. Segundo, é que sem o alinhamento com os pressupostos teórico-metodológicos dominantes na academia e no mercado editorial, a inserção é restringida e sua produção é mesmo “cancelada”.



Para iniciantes, além de um pouquinho de sorte, é preciso se inserir e manter relações em determinados grupos, o que exige certas doses de subserviência ideológica e puxa-saquismo. Têm-se de ter “animus carreirista”, escolher tema e trabalhar este tema de forma que traga reconhecimento, processo hoje facilmente disfarçável em investimentos em curriculum marcados por produtivíssimo e uma quase profissionalização em participação em eventos acadêmicos (agora em Lives), publicações em periódicos, livros coletivos e autorais. Existem cada vez mais meios modernos legitimados de “engordar currículo”, e, portanto, fabricar profissionais.

É certo que, como professor no meio, especialmente de pós-graduação, eu me submeti às regras, até poque se não aceita, nem se entra. Mas, minha submissão teve limites e eu tinha consciência do processo. Quando adquiri um determinado estágio na carreira, sai dos dois programas que participava. Primeiro sai do Políticas Públicas, depois História. Nas pós-graduações são cada vez mais curtos o tempo e os recursos, e isto inviabiliza produções de qualidade. Em regra, dissertações e teses seguem a corrente de autores e trabalhos consolidados que orientam as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas. Fazer um trabalho crítico contra a corrente não é recomendável ao pós-graduando, e eles sabem disso. O projeto de deslegitimação chega a ser doloroso e inicia na graduação. Falo com propriedade a partir do curso de História. Ministrei, por duas vezes, disciplina optativa sobre as relações escravistas no Brasil na graduação como estratégia para conseguir orientandos para o mestrado. Deu certo, as duas vezes. Nas aulas, ao explicar as concepções teóricas e os métodos dos autores, porque primo pela pluralidade, solicitava aos discentes que pedissem ao professor de Teorias da História que falasse sobre o marxismo e o materialismo histórico. Por duas vezes, nos dois semestres, o mesmo professor “cancelou” a contribuição marxista, para ele a teoria iniciava com as mentalidades.

Às vezes, nos raros eventos acadêmicos que participo, fico observando com muita tristeza jovens historiadores, até mesmo ex-orientandos, sendo arrastados por esta correnteza impulsionadora de forças opressoras e de desserviço à historiografia. São múltiplos e eficientes os caminhos utilizados pela classe dominante para construir seus historiadores. Confesso que este campo de batalha da pós-graduação eu abandonei, mas reconheço sua importância para a luta de ideias e para a formação de historiadores, de pesquisadores. O Programa de Pós-Graduação em História da UFPI possui duas linhas de pesquisas, uma delas História, Cidade, Memória e Trabalho. Este trabalho aí, na época da criação do curso foi para acomodar a minha participação. Eu era o único dos fundadores que possuía esta linha de pesquisa e, em rigor, continuei sendo até sair do Programa. Focado no trabalho, na escravidão e no marxismo, não tive interlocutores dentro do próprio curso, fiquei isolado. Participava praticamente só de bancas de meus orientandos, minha participação em outras, mesmo de qualificação foi reduzidíssima. Além disso, mesmo como



pesquisador consolidado, tinha um ou não tinha orientando por entrada. A escravidão, o marxismo ou o professor não foram atrativos.

Respeitar as limitações dos orientandos sem ficar preso aos seus limites. Conduzir a mão do orientando, sem dominar sua escrita, apenas mostrando o que é mais adequado para revelar suas ideias. Apontar para a formação da frase e do parágrafo, indicar onde o texto deve respirar e onde deve terminar. Os pontos, vírgulas, acentos e normalizações ficam para os revisores.

Como professor de pós-graduação realizei pesquisas e publicações que considero interessantes. Entretanto, no campo da História, os mais significativos do ponto vista de recepção no Rio Grande do Sul e no Piauí, e que se tornaram referência, e dizem, importantes para o ofício do historiador em formação, foram realizados como estudante da pós-graduação. Neste aspecto, chamo atenção para a importância das orientações, especialmente no mestrado, sobretudo quando cada vez mais entram orientandos muito jovens nos cursos. Para mim, o mestrado é um ritual de transição. Em regra, é nele que se define o campo teórico-metodológico de atuação. Uma orientação segura e honesta é fundamental. Orientador não precisa se tornar amigo de orientando, mas necessita, por dever do ofício e de humanidade conduzir com respeito o processo. Precisa ser um facilitador de aprendizagens, estimular o orientando a ampliar sua visão de mundo para melhor enxergar o seu objeto. Por isso defendo tanto a pluralidade no processo de ensinar. Cabe ao orientador apresentar as teorias, os autores, os textos e com sensibilidade construir, com o orientando, um caminho que responda as necessidades do orientando. Para isso, o orientador tem que ver o orientando, perceber no dito o sentido do que está escondido. Respeitar as limitações dos orientandos sem ficar preso aos seus limites. Conduzir a mão do orientando, sem dominar sua escrita, apenas mostrando o que é mais adequado para revelar suas ideias. Apontar para a formação da frase e do parágrafo, indicar onde o texto deve respirar e onde deve terminar. Os pontos, vírgulas, acentos e normalizações ficam para os revisores. Acho que fui um orientador assim, pelo menos busquei ser.

No mestrado produzi “Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul”, com o qual ganhei o Prêmio Açorianos em 1998, o mais importante prêmio literário do Rio Grande do Sul. Além de seu valor literário, é marcante o aspecto metodológico. Segundo já escutei de historiadores renomados, o texto é uma aula sobre uso de fontes judiciais. A julgar por constantes mensagens que recebo de estudantes gaúchos, o livro ainda é utilizado em



sala de aula. Quando digo “ainda utilizado” é porque não tenho dúvidas que ele sofre ataques políticos, porque o livro desmonta a estrutura patriarcal e paternalista sulina e o braço pesado do judiciário gaúcho. O texto desvela as leituras tradicionais e faz uma ruptura na historiografia sobre a formação social escravista do Sul.

O mesmo acontece com o trabalho de doutoramento, “Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí”. As estruturas das formações sociais são muito parecidas (do Rio Grande e do Piauí) e a visão da historiografia tradicional é quase idêntica. Neste texto, embora a escrita não se apresente fluida como em “Triste Pampa”, especialmente a do primeiro capítulo, gosto muito da forma como conduzi a narrativa. Este aspecto, para mim era muito importante no texto que apresentei para defesa, ele era contínuo em um só capítulo. Para a edição do livro, por solicitação do editor (Mario Maestri), ele é apresentado em três capítulos e para manter minha ideia original, criei o recurso de iniciar um com o texto que finalizava o outro. Sei dos embates teórico-metodológicos que ele traz para a historiografia piauiense e, assim como “Triste Pampa”, está fadado a desaparecer do cenário acadêmico por conta da luta de ideias e do mal caráter de pesquisadores que se instalaram nele, com maior vigor, nos últimos anos. É inconcebível um orientador e orientando que conduzem uma pesquisa e elaboram um texto sobre as relações escravistas no Piauí sem mencionar a chamada, pela historiadora Teresinha Queiroz, “historiografia clássica da escravidão no Piauí”, da qual faço parte com “Braço Forte”. Pior ainda, é apresentar as relações como brandas e ter a coragem de submeter a uma banca de defesa. Para além de escolha política, o ato desconstrói o conhecimento histórico e da própria ciência. Para mim, todos os diplomas de orientador e orientando deveriam ser cassados. O trabalho foi aprovado!

Como você descreveria sua carreira de historiador hoje, olhando para seu trabalho como docente e pesquisador negro?

Sou um historiador marxista e inicio sempre minhas investigações estudando a formação social e suas singularidades. Minhas investigações permitiram-me propor novas leituras para alguns aspectos fundamentais da formação social piauiense. A desmistificação da historiografia tradicional e das suas falácias sobre o passado reforça a desmistificação sobre as mentiras sobre os nossos dias.

A minha carreira tem se revelado, para mim, surpreendente. Quando penso estar em um campo tranquilo de pesquisa, sou arrebatado por novas inquietações e, como sempre, atreladas a



177



Não sou daqueles que veem na educação a solução para todos os problemas, mas certamente percebo que ela ajuda e muito. A educação emancipatória, libertadora. E é para esta educação que devemos estar dispostos, à serviço.

Uma boa pergunta para encerrar nossa conversa. Tenho uma experiência que sintetiza toda minha trajetória e sua relação com o racismo e também com a homofobia. Em 2008, fui candidato à reitoria da UFPI em uma frente ampla de oposição. Na composição política ficou acordado que o CCHL indicaria o nome a reitor e o CCS o de vice. Quando o meu foi escolhido fora marcado uma reunião, no salão do Jockey Clube, para minha apresentação oficial ao grupo. Todos os representantes de setores falaram demonstrando preocupação com a unidade e as dificuldades para enfrentar a chapa da situação. Até então, eu particularmente pensava que o centro da dificuldade fossem as divergências políticas internas de nosso grupo que era muito heterogêneo. De certa forma eram. Contudo, já quase no final da reunião, já tarde da noite, alguém teve a coragem de pautar as minhas identidades. O sentido da fala foi o de saber se eu assumiria a condição de gay, além de ser visivelmente negro.

Fiz uma fala ampla, assumindo tudo, o compromisso político, defesa da unidade e minhas identidades. Em que pese alguns desconfortos, a candidatura foi consolidada e iniciou-se a campanha. Em nenhum momento percebi desmotivação ou constrangimentos em relação a minha candidatura por parte do grupo. Acredito que muito contribuiu a minha segurança demonstrada no processo eleitoral e o fato de ter me saído bem em todas as entrevistas concedidas em todos os meios de comunicação, performance mantida nos debates públicos realizados nos campi da instituição e em um canal de televisão. Diga-se de passagem, que o oponente não possuía eloquência e diante de minhas performances, quase sempre tendia a se descontrolar. O desempenho dele era vexatório, mesmo. Percebendo as fragilidades do candidato, eles buscaram estratégias para me desestabilizar nos debates colocando claque (com a presença de professores, pasmem) para me provocar, em alguns debates apenas insinuavam em outros explicitavam a homofobia e o racismo.

Entre os colegas professores, mesmo entre os próximos, escutei justificativas do não voto por eu ser negro, por ser gay, e por não ter a competência necessária. Escutei isso assim, na lata, sem constrangimento algum de colegas, inclusive de negros e de gays. Procurava argumentar, mas sem efeitos. Uma coisa que me chamou muita atenção foi a agressividade de colegas professores negros, gays, comigo nos debates públicos que chegavam a colocar o dedo no meu nariz (os debates



eram muito acalorados, o último foi encerrado antes da conclusão por um início de tumulto. Na verdade, eles provocaram para forçar o encerramento, como dito antes o candidato deles se saía muito mal). Havia alguma coisa estranha no comportamento daqueles negros e gays que não remetia só a falta de entendimento político do que minha candidatura representava para as forças progressistas, para as identidades representadas por ela e para os avanços políticos que a Instituição teria com minha eleição. Não era só o compromisso deles com o conservadorismo, nem com as promessas de funções gratificadas.

Durante toda a campanha chegavam informações que eles utilizavam minhas identidades para me desqualificar nos centros da capital e nos campi de Floriano, Picos, Bom Jesus e Parnaíba. Dependendo dos interlocutores e da receptividade, uma ou outra era reforçada. Eu, presenciei em Teresina uma ação dessas. No dia da apuração, quando estava finalizando resultado, fui orientado a deixar o auditório para evitar provocações. No caminho para casa, atendi uma ligação no celular e fui chamando de negro safado e informado, ao som de um barulho ao fundo, que estavam comemorando com cerveja e churrasco de carne de veado. Isso aconteceu em uma instituição de ensino superior, ações praticadas por professores!

A experiência, em que pese os fatos relatados, foi ótima, pessoalmente e politicamente. Me tornei mais seguro e reafirmei minha referência no campo identitário. Não conto as vezes que fui parado nos corredores por estudantes elogiando minha coragem, agradecendo por encorajar a eles a serem o que são, dizendo que se assumiram como negros ou gays e lésbicas quando me viram falar. Pra mim, naquela campanha, cumpri a minha função social e política. Fui uma referência. Referência para ajudar iguais a mim, para estimular o abandono de sofrimentos, para enfrentar homofobia e racismo. Minha vida toda tem sido pautada nesta função política, de fazer de minhas experiências pessoais referências coletivas, sobretudo para a juventude. Expor minha trajetória de vida, como faço agora, como processo educativo.

Não sou daqueles que veem na educação a solução para todos os problemas, mas certamente percebo que ela ajuda e muito. A educação emancipatória, libertadora. E é para esta educação que devemos estar dispostos, à serviço. Acredito que como educadores devemos ser exemplo, ter bom caráter e respeitar as diferenças. Tudo isso pode e deve ser ensinado e aprendido nos espaços escolares, ainda que se percebam tensões destas aprendizagens com os espaços privados. Aliás, são destas contradições que brotam atos de autonomia. Nós, das forças progressistas, como educadores, devemos ter coragem para nadar contra corrente. Devemos ter e demonstrar segurança para enfrentar manifestações preconceituosas e de discriminação praticadas em nossa presença. Devemos apoiar e proteger em todas as hipóteses a pessoa ofendida e agredida. Devemos banir de nossas mentes e ações quaisquer resquícios de opressão e submissão. Tudo isso



Terra de Pretos

Revista Multidisciplinar

ISSN 2675-7028

é aprendido e ensinado, em todos os lugares. E para tudo isso necessita de alguém que ensine e aprenda, e aprendendo, ensine. Estes ensinamentos e aprendizagens são fundamentais nestes tempos sombrios em que vivemos no Brasil um abalo da democracia e liberdades. Um momento em que as pessoas parecem desanimadas, que as forças sociais aparentam deprimidas e desorganizadas. Este momento, é o momento em que mais somos necessários. Precisamos ser o que sempre fomos, precisamos fazer o que sempre fizemos.

“A revista Terra de Pretos agradece ao Prof. Dr. Solimar de Oliveira Lima por essa aula em forma de entrevista que concedeu ao periódico e aos nossos leitores”.